



# UNifeob

## PROJETO INTEGRADO

### ESCOLA DE NEGÓCIOS

2020



UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTERDISCIPLINAR**

ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE  
E DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS  
A SEREM REALIZADOS COM BASE NAS  
DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL

**LOJAS RENNER**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP  
JUNHO 2020

UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO INTERDISCIPLINAR**

ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE  
E DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS  
A SEREM REALIZADOS COM BASE NAS  
DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL

**LOJAS RENNER**

Módulo 05 – Contabilidade Aplicada

Contabilidade Avançada – Prof. Luiz Fernando Pancine

Análise de Normas e Pronunc. Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Teoria da Contabilidade – Prof. Júlio César Teixeira

Práticas de Sistemas Contábeis – Prof. Danilo Morais Doval

Contabilidade Comercial – Prof. Max Streicher Vallim

Alunos:

Bruna de Souza Sartori	RA 18000294
Gabriele Gimenez	RA 18000607
Jéssica Crislaine de S. Oliveira	RA 18001487
Tifane C. Camargo Zocolan	RA 18001167
Victória Maria da C. Cardoso	RA 18000612

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP  
JUNHO 2020

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA	6
3 PROJETO INTERDISCIPLINAR	8
3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	8
3.1.1 AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO	8
3.1.2 FLUXO DE CAIXA	11
3.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS	12
3.2.1 CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE	12
3.2.2 CPC 16 (R1) – ESTOQUES	16
3.2.3 CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS	17
3.2.4 CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO	18
3.2.5 CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL	19
3.2.6 CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE	20
3.3 TEORIA DA CONTABILIDADE	21
3.3.1 ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE	21
3.3.2 ATIVO E PASSIVO	22
3.3.3 RECEITAS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS	23
3.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS	24
3.4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL	25
3.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	25
3.4.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	26
3.4.4 – RAZÃO CONTÁBIL	26
3.5 CONTABILIDADE COMERCIAL	26
3.5.1 – TRANSAÇÕES COMERCIAIS	27
3.5.2 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS	30
3.5.3 – OPERAÇÕES COM FOLHA DE PAGAMENTO	32
4 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	38
ANEXOS	39

## **1 INTRODUÇÃO**

Esse Projeto Interdisciplinar irá abordar uma contabilidade mais avançada, a fim de demonstrar todo o processo contábil de uma empresa real. A empresa escolhida para o projeto foi a Lojas Renner S.A, que segue no mercado como uma ampla rede de departamentos. A partir do balanço patrimonial disponibilizado, foi realizado o plano de contas no sistema e elaborado todas as demonstrações contábeis necessárias.

Na unidade de estudo da contabilidade avançada, aprofundamos no conceito de avaliação de investimento e no fluxo de caixa, onde servirá de base para todo o projeto. No entanto, na disciplina onde estudamos a teoria da contabilidade, foi proposta uma exemplificação do conceito de ativo, passivo, receitas e despesas, além das perdas e ganhos e toda parte mais aprofundada à teoria da contabilidade.

Na disciplina de Análise de normas e pronunciamento contábeis, foi realizada a descrição de alguns CPCs, no qual foram estudados ao longo do semestre, tais como o CPC 04; 12; 16; 20; 27 e 47, abrangendo todas suas mensurações, objetivos, alcance e definições. A partir desses pronunciamentos, no qual são utilizados em lançamentos contábeis, deu-se início a movimentação de saldos da Lojas Renner através dos lançamentos de compras, vendas, devoluções e todos os tributos ali envolvidos, além de lançamentos da folha de pagamento e investimentos, cuja disciplina responsável é contabilidade comercial. E na área da prática de sistema contábeis, utilizando o programa Netspeed, realizaram-se os lançamentos mensais, a fim de gerar relatórios e demonstrações contábeis.

Em suma, temos como objetivo produzir um projeto que contribua para o conhecimento básico dos fatos contábeis e mostrar exemplos de demonstrações que fazem parte da contabilidade das Lojas Renner.

## **2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA**

A Lojas Renner S.A. é a maior retalhista de moda do Brasil. A companhia, foi criada em 1965, foi a primeira sociedade brasileira com 100% das ações negociadas em bolsa e está listada no Novo Mercado, grau mais elevado dentre os níveis diferenciados de governança corporativa da B3.

Foi como parte do grupo A. J. Renner, indústria fabril instalada no bairro Navegantes, em Porto Alegre (RS) que a Renner inaugurou, em 1922, na capital gaúcha, seu primeiro ponto de venda para a comercialização de artigos têxteis. Em 1940, ainda como uma empresa pertencente ao grupo, o mix de produtos foi ampliado e passou a operar como uma loja de departamentos. Em 1965, devido ao seu crescimento e evolução, o grupo A. J. Renner optou por tornar independentes as diferentes empresas que o formavam. Na ocasião, foi constituída a companhia Lojas Renner S.A. e marca o nascimento da rede como é conhecida atualmente. Dois anos depois, em 1967, a Companhia transformou-se em uma empresa de capital aberto.

Após décadas de bom desempenho, a empresa passou por uma profunda reestruturação no início dos anos 1990 e começou a operar no formato de loja de departamentos especializada em moda, totalizando oito operações. Nessa época impulsionada pela bem-sucedida reestruturação e pela implantação da Filosofia de Encantamento - segundo a qual não basta satisfazer, mas superar as expectativas dos clientes - a Renner expandiu para além do Rio Grande do Sul. Chegou aos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e para o Distrito Federal, consolidando sua posição nesses mercados como uma loja de departamentos especializada em moda com mercadorias de qualidade a preços competitivos.

Em 2002, mais um importante passo foi dado na evolução da Renner. As coleções passaram a ser desenvolvidas a partir de cinco estilos de vida, refletindo um jeito de ser e de vestir, com base em atitudes, interesses, valores, personalidades e hábitos dos clientes. Assim nasceu o slogan "Você tem seu estilo. A Renner tem todos." Os produtos começaram a ser expostos de forma coordenada, agrupando roupas, calçados e acessórios em seis marcas próprias que refletem os lifestyles, facilitando a escolha do cliente e otimizando o seu tempo de compras.

A Lojas Renner está sempre em busca de novos negócios, inovando para melhor atender cada cliente. Seu propósito é: encantar a todos é a nossa realização. E sua proposta de valor é: entregar a melhor experiência em moda e lifestyle para o segmento médio/alto, encantando nossos clientes com produtos e serviços de qualidade a preços competitivos, por meio de um ecossistema inovador e sustentável.

## **3 PROJETO INTERDISCIPLINAR**

### **3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA**

Apresentaremos nesta unidade de estudo algumas análises, como investimentos movimentos ocorridos na sociedade durante certo período. Relacionado a investimentos veremos dois métodos: MEP - método de equivalência patrimonial e MCH - método custo histórico, e com o movimento da sociedade: fluxo de caixa.

#### **3.1.1 AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO**

“Investimentos são as participações permanentes em outras sociedades os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.”. (BRASIL, 1976, p.20). E não classificáveis também no Realizável a Longo Prazo.

A lei 6.404/76, devidamente alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, apresenta nos artigos 183 e 248 três métodos para avaliação (mensuração) dos investimentos: a) Método do Custo; b) Método do Valor Justo; c) Método da Equivalência Patrimonial.

Método da Equivalência Patrimonial (MEP), consiste na atualização do valor dos investimentos feitos em coligadas ou controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, com base na variação ocorrida no Patrimônio Líquido dessas sociedades.

No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Equivalência patrimonial corresponde ao valor do investimento determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido de cada coligada e controlada.

O investimento em controlada tem que ser direta ou indireta. Investimento em coligadas/equiparada, é influência significativa na administração. O percentual de participação direta ou indireta da investidora representa a 20% ou mais do capital votante.

As empresas investidoras possuem cada uma, uma determinada influência sobre a empresa investida. De acordo com o CPC 18, que trata sobre investimentos, “Influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.” A partir deste conceito de influência temos dois tipos de empresas investidoras: a coligada e a controlada.

A investidora coligada ocorre quando há influência sobre a investida, com uma posse de pelo menos 20% das ações ou quotas da investida, ou seja, a investidora está apta a participar das decisões tomadas na investida. Caso haja um acordo entre as duas entidades, a investidora pode ter influência na investida possuindo menos de 20% de seu percentual, isso pode acontecer quando a investidora nomear membros da gerência ou participar do conselho administrativo.

Já a investidora controlada, segundo o CPC 18, é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Assim a controlada deve deter 50% das cotas, ou ter acima de 20% com influência significativa.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada, em empreendimento controlado em conjunto e em controlada (neste caso, no balanço individual) deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízo do período, gerado pela investida após a aquisição.

A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do período do investidor.

As distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos

outros resultados abrangentes da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido.

Método do Custo Histórico, ou MCH, tem como base o seu valor de aquisição fixo. Nada irá modificar o valor da aquisição inicial, exceto a comprovação de perdas permanentes, além disso, neste método a investidora não possui controle e nem influência sobre a investida, tornando a investidora neste caso, sempre coligada.

Na mensuração inicial deverá ser contabilizado pelo valor de entrada, isto é, pelo custo de aquisição constante do documento que comprova o ingresso do respectivo investimento, acrescido dos demais encargos com a transação (Custos de Transação), Corretagens, emolumentos, tributos etc. Ao final dos períodos são contabilizados os dividendos a receber e diferente do método de equivalência patrimonial, não se contabiliza lucro ou prejuízos, por ela não ter parte sobre este resultado.

O valor justo consiste em avaliar o investimento atribuindo-lhe o respectivo valor de mercado. Valor justo - preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A forma de avaliação de cada investimento deve ser analisada conforme a situação em que cada sociedade investidora e a investida encontram.

É importante destacar que, nas normas brasileiras, a partir da nova redação dada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, se uma entidade possui 20% ou mais do capital votante de outra entidade é presumida a existência de influência significativa, da mesma forma que ocorre nas normas internacionais.

### **Ágio e Deságio**

O ágio é regulamentado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, onde mensura o valor contábil do ágio juntamente com o deságio, goodwill e a mais-valia.

O ágio e o deságio acontecem quando há transações de investimentos, ou seja, compras de ativos. São conceitos inversos. Em se tratando de ágio, significa quando a empresa adquiriu um ativo onde o valor é acima do mercado, uma espécie de adicional sobre o

investimento obtido. No entanto o deságio é o seu inverso, onde o valor da aquisição é inferior ao mensurado no mercado.

O saldo não amortizado do ágio ou do deságio deverá ser apresentado no ativo permanente, adicionado ou deduzido, respectivamente, do valor do investimento a que se referir.

### **Mais Valia e Menos Valia**

Essa expressão é usada para designar a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, em uma aquisição, ou seja, a Mais Valia está correlacionada com o ágio, onde é encontrado no Balanço Patrimonial para que todo ano seja testado, mostrando se o valor foi concretizado. Dessa forma, se o valor dos lucros obtidos em relação ao valor pago no investimento for inferior, é chamado de Menos Valia.

A mais-valia ou a menos-valia correspondem à diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da investida, na proporção da porcentagem da participação adquirida, e o valor de patrimônio líquido constante na contabilidade no momento da aquisição.

### **3.1.2 FLUXO DE CAIXA**

Demonstração de fluxo de caixa é o movimento de entrada e saída de dinheiro de uma determinada empresa. Para manter sempre em controle é necessário analisar e registrar gastos e ganhos durante todo o tempo, mantendo sempre em ordem, em uma visão mensal ou diária. Suas despesas mesmo que pequena terá que ser registrada. Em alguns casos são feitas em planilhas, mas o recomendável é usar um sistema de gestão.

Depois deste levantamento que é indispensável, podemos contar com uma verdadeira base de dados, com isso, o proprietário terá subsídios necessários para tomar decisões.

Ao realizar o fluxo de caixa se adquire uma visão ampla sobre o financeiro da empresa, significando que exemplo o que parecia faturamento, na verdade trouxe receita nas próximas despesas.

A função do DFC é controlar todos os pagamentos, vendas e também ter o controle de todos os valores que saem como salários de funcionários, reposição de estoque entre outros.

Na demonstração deve apresentar tudo o que for relacionado com pagamento, como por exemplo, clientes a receber; dividendos e juros recebidos; pagamentos de funcionários e fornecedores; juros pagos; impostos de renda pagos entre outros.

## **3.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS**

### **3.2.1 CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE**

Este CPC tem por objetivo estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente.

Este pronunciamento deve ser aplicado pelas empresas de grande porte ou empresas que atuam sob a supervisão de algum regulador Técnicos do CPC. A entidade deve aplicar este pronunciamento a todos os contratos com clientes, exceto os seguintes:

CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil

CPC 11 – Contratos de seguro

CPC 48 – Instrumento Financeiros

Permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais.

Definições importante que devem ser reconhecidas:

Contrato-acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis.

Receita- aumento nos benefícios econômicos durante o período contábil, causado no curso das atividades usuais da entidade, na forma de fluxo de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam derivadas de contribuições dos participantes do patrimônio.

Obrigações de desempenho- promessa em contrato com cliente para a transferência ao cliente de:

- (a) Bem ou serviço ou grupos de bens que seja distinto
- (b) Série de bens ou distintos que sejam praticamente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para cliente.

A obrigação da entidade vendedora desempenhar a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço a entidade compradora.

Ativo de contrato- direito da entidade á contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo.

Passivo de contrato- obrigação da entidade de transferir bens ou serviços ao cliente em relação aos quais a entidade recebeu contraprestação.

Recebível- um direito da entidade á contraprestação que seja incondicional, se somente a passagem do tempo for exigida antes que o pagamento dessa contraprestação seja devido. A vigência deste Pronunciamento será definida pelos órgãos reguladores que a aprovar, sendo que para o pleno atendimento ás normas internacionais de contabilidade a entidade deve aplicar este Pronunciamento para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 sua vigência para adoção inicial.

O princípio básico para reconhecer a receita que represente a transferência de bens ou serviços prometidos para clientes em um valor que reflita a consideração que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

1. Identificar o contrato com um cliente
2. Identificar a obrigação de desempenho
3. Determinar o preço de transação
4. Alocar os preços de transação as obrigações de desempenho
5. Reconhecer as receitas quando a entidade cumprir a obrigação de desempenho.

Uma entidade reconhece a receita no mento em que atende uma obrigação de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço para um cliente. O controle pode ser transferido em um determinado momento ou ao longo do tempo

Sendo assim o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios fornecidos pelo desempenho da entidade conforme ela atua. O desempenho da entidade cria ou aprimora um ativo que o cliente controla conforme o ativo é criando ou aprimorado.

Com isso a entidade não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e tem o direito possível de exigir o pagamento pela execução concluída até o momento.

Os métodos que podem ser utilizados para mensurar o avanço da entidade em relação a satisfação completa da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo são:

- Métodos de produtos que reconhece a receita com base em mensuração diretas do valor ao cliente dos bens ou serviços transferidos até a data em questão, referentes aos bens ou serviços remanescentes prometidos de acordo com o contrato.
- Métodos de insumo reconhece a receita com base nos esforços ou insumos da entidade para a satisfação da obrigação de desempenho (por exemplo, horas de trabalho gastados), referente aos insumos esperados totais para a satisfação dessa obrigação de desempenho.

A entidade deve adotar um passivo de devolução, se receber contraprestação do cliente e esperar pagar a totalidade ou parte dessa contraprestação ao cliente. O passivo de devolução deve ser mensurado pelo valor da contraprestação recebida em relação á qual a entidade não espera ter direito.

O passivo de devolução deve ser atualizado ao final de cada período de relatório para considerar alterações nas circunstâncias. Para contabilizar o passivo de devolução relativo a venda com direito de retorno, a entidade tem que aplicar a orientação dos itens B20 e B27.

Os ativos, são bens e serviços, quando são recebidos e usados, mesmo que apenas momentaneamente. O controle do ativo refere-se à capacidade de decidir o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo. O controle inclui a capacidade de evitar que outras entidades direcionam o uso do ativo e obtenham benefícios desse ativo. Os benefícios do ativo são os fluxos de caixa

potenciais que podem ser adquiridos direta ou indiretamente de muitas formas, como por exemplo:

- (a) pelo uso do ativo para produzir bens ou prestar serviços;
- (b) pelo uso do ativo para aumentar o valor de outros ativos;
- (c) pelo uso do ativo para apurar passivos ou reduzir despesas;
- (d) pela venda ou troca do ativo;
- (e) pela caução do ativo em garantia de empréstimo;
- (f) pela retenção do ativo;

Pois qualquer das partes do contrato tiver concluído o desempenho, a entidade deve apresentar o contrato no balanço patrimonial como ativo de contrato ou passivo de contrato, dependendo da relação entre o desempenho pela entidade e o pagamento pelo cliente. A entidade deve apresentar separadamente como recebíveis quaisquer direitos incondicionais à contraprestação.

A causa dos requisitos de divulgação consiste em que a entidade divulgue informações suficientes para permitir aos usuários de demonstrações contábeis compreender a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. Para atingir esse objetivo, a entidade deve divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os itens seguintes:

- seus contratos com clientes;
- julgamentos significativos e mudanças nos julgamentos feitos ao aplicar este pronunciamento a esses contratos; e
- quaisquer ativos reconhecidos a partir dos custos para obter ou cumprir um contrato com cliente.

A Norma Internacional de Contabilidade- IFRS 15, correlacionado o CPC 47, trouxe relevantes mudanças na estrutura contábil das entidades, e não poderia ser diferente, já que a nova norma estabelece o tratamento destinado as receitas de entidades.

As mudanças não restringem aos aspectos contábeis. Se alterarmos a forma que uma entidade reconhece uma receita, toda a estrutura empresarial sofre alterações, isso inclui o sistema contábil, trabalhista, tributários, análise de balanços etc.

### **3.2.2 CPC 16 (R1) - ESTOQUES**

Este CPC se trata da contabilização dos estoques, tratando-se de uma figura importante do ativo, pois é através dele que se tem a receita da empresa, sendo ela de revenda, indústria para a formação do seu produto final ou até suprimentos para realizar a prestação de serviço. O cálculo do estoque é uma parte importante para que se tenha o valor do lucro obtido, para ser calculado o CMV (Custo da Mercadoria Vendida), portanto esse CPC tem algumas exceções, não aplicando essa norma: Instrumentos Financeiros, Ativos Biológicos, Comerciantes de Commodities que na apuração do estoque é pelo Valor Justo (Fair Value) menos os custos de vendas.

O estoque passa a ser considerado um ativo da empresa quando a mesma passa ter total responsabilidade sobre ele, ou seja, ela assume os riscos e benefícios que ele pode proporcionar. Entretanto, devem ser relevantes na hora de calcular os custos do estoque: Custos de aquisição, transformação e os outros custos obtidos para que o estoque seja colocado para o uso ou revenda.

Sua mensuração deve ser feita através de seu valor de custo, ou pelo valor razoável líquido, sendo o valor que a empresa espera faturar da venda do estoque, entre as duas opções a escolha deve ser pela de menor valor, portanto existe o valor justo para ocasiões excepcionais, esse valor é o que o mercado pagaria na venda do estoque.

Seu preço de aquisição deve ser calculado:

- (+) Preço de Compra
- (+) Preço de Importação
- (+) Custo de Transporte, ou custos ligados na aquisição do produto
- (-) Descontos
- (-) Impostos que podem ser recuperados.

Existem três formas de se calcular o custo do estoque: PEPS, Custo Médio Ponderado e UEPS. O método PEPS (Primeiro que entra, primeiro que sai) conforme a empresa faz saída de seus produtos é dada baixa na primeira compra a dar entrada no estoque, este método é também chamado de FIFO (first in, first out). Custo Médio Ponderado, é feito

uma média do valor total do estoque dividido pela quantidade total de itens presente no mesmo, dessa forma vamos obter o valor médio de cada item no estoque. O UEPS é o método inverso no PEPS, ou seja, nesse modo, conforme é feita uma saída do estoque é dado baixa primeiramente no último item a ter dado entrada, esse método é utilizado por algumas empresas para fins gerenciais, pois este método não é permitido pela SRF (Secretaria da Receita Federal). O objetivo deste CPC é determinar o tratamento contábil para os estoques.

### **3.2.3 CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS**

O objetivo deste CPC é tratar os custos de empréstimos, (juros e outros custos que tenha conexão com empréstimos de recursos) que são diretamente atribuíveis a compra, construção e produção de um ativo qualificável. Estes custos devem ser inseridos ao custo do ativo somente quando for possível comprovar que os ativos resultarão em benefícios econômicos para a empresa e que também consigam ser calculados com confiança. Outro custo de empréstimo deve ser reconhecido como despesa.

Este pronunciamento utiliza os seguintes termos com significados específico para entendimento:

- **Custo de empréstimo:** são os custos e juros que a empresa tem em conexão com empréstimos de recursos.
- **Ativo qualificável:** é um ativo que obrigatoriamente demanda um período de tempo elevado para ficar pronto para o uso ou uma venda planejada.

Custos de empréstimos podem incluir:

- a) encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros,
- b) encargos financeiros relativos aos arrendamentos mercantis financeiros reconhecidos de acordo com o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil; e
- c) variação cambial decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, na extensão em que elas sejam consideradas como ajuste para mais ou para menos, do custo dos juros.

Será considerado ativo qualificável, aquele que for adquirido ou constituído para suprir uma necessidade da empresa, e sua maturação demandará longo período.

- Estoques;
- Plantas industriais ou manufaturas;
- Usinas de geração de energia;
- Ativos intangíveis; e
- Propriedades para investimento.

Não são considerados ativos qualificáveis, aqueles já adquiridos prontos e que não necessitarão de processos resultantes para ficarem disponíveis para utilização ou venda.

#### Reconhecimento da Capitalização de Juros

A empresa deverá reconhecer os juros oriundos dos financiamentos de ativos qualificáveis, como parte integrante do custo deste ativo, até o período em que este ativo esteja disponível para uso ou venda.

O valor de juros a serem reconhecidos como custo de constituição ou aquisição de um ativo será o valor líquido, diminuído de possíveis receitas financeiras.

A empresa deverá divulgar em notas explicativas, as políticas de reconhecimento do custo dos empréstimos, relacionados a compra ou a construção dos ativos qualificáveis contendo:

- a) o total de custos de empréstimos capitalizados durante o período; e
- b) a taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização.

#### **3.2.4 CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO**

Tem como objetivo estabelecer a parte contábil a ativos imobilizados, para que possa demonstrar informações sobre investimentos de entidades em seu ativo imobilizado, bem com suas mudanças. Seus pontos principais são o reconhecimento do ativo,

determinação dos seus valores contábeis e seus valores de depreciação e perda por desvalorização a terem reconhecimento em relação aos mesmos.

Para um bem ser enquadrado como imobilizado, ele precisa atender aos seguintes requisitos, conforme o CPC 27 :

- Deve ser tangível;
- Deve ser destinado para uso de produção ou fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel a outros ou fins administrativos;
- Deve ser utilizado por mais de um período.

Ativo imobilizado são bens corpóreos adquirido em caráter permanente e que é utilizado para manutenção da empresa.

Para ser considerado um ativo imobilizado tem que ter duração por mais de um período, portanto todo gasto que aumenta a vida útil do bem será imobilizado. Vida útil é o tempo em que a empresa determina para que o bem fique no ativo imobilizado, exemplo compra de um veículo, todos sabem que ele tem uma grande durabilidade de tempo, porém a empresa conclui que ele terá vida útil de 5 anos, e tem também a vida econômica que é o tempo que o fabricante estipula para o bem.

Vida Residual existe quando a empresa define a vida útil, entende-se que a o bem ainda terá um estimado valor pois a duração dele é maior do que a empresa definiu. Tendo o valor residual, conseguimos ter o valor depreciável que é o valor de custo menos o valor residual.

### **3.2.5 CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL**

Estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos:

1. For separável (capaz de ser separado da entidade);
2. Resultar de direitos contratuais ou legais, provável que os benefícios do ativo sejam gerados em favor da entidade;
3. O custo do ativo possa ser mensurado.

O Ativo Intangível é não monetário, é identificável, não possui substância física, gera prováveis benefícios futuros e seu custo pode ser mensurado com confiabilidade. São exemplos de atividades de desenvolvimento a serem reconhecidas no Ativo Intangível: (a) projeto, construção e teste de protótipos e modelos pré-produção ou pré-utilização; (b) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia; (c) projeto, construção e operação de fábrica-piloto, desde que já não esteja em escala economicamente viável para produção comercial; (d) projeto, construção e teste da alternativa escolhida de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados.

O Ativo Intangível será registrado pelo custo incorrido na aquisição deduzida do saldo da respectiva amortização acumulada. Nenhum ativo intangível proveniente de pesquisa deve ser reconhecido. O dispêndio com pesquisa deve ser reconhecido como uma despesa quando for incorrido. Durante a fase de pesquisa de projeto interno, a entidade não está apta a demonstrar a existência de ativo intangível que gerará prováveis benefícios econômicos futuros. Portanto, tais gastos devem ser reconhecidos como despesas, quando incorridos. São exemplos de atividades de pesquisa: atividades destinadas à obtenção de novo conhecimento; busca, avaliação e seleção final das aplicações dos resultados de pesquisa ou outros conhecimentos; busca de alternativas para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e formulação, projeto, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou aperfeiçoados.

### **3.2.6 CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE**

O objetivo desse Pronunciamento é estabelecer todos os critérios de acordo com a compra e venda de ativos ou passivos ao longo prazo e suas devidas demonstrações contábeis. De acordo com a lei 11.638/07, no Art. 183, onde diz que no balanço, todos os elementos do ativo ao longo prazo deverão ser ajustados ao valor presente, e os demais terão que ser

ajustados, quando houver efeito relevante. Já na lei 11.941/09, no Art. 184, explica que no balanço patrimonial, todas as obrigações, encargos e os riscos classificados no passivo não circulante deverão ser ajustados ao valor presente, e os demais terão que ser ajustados quando houver efeito relevante.

O ajuste a valor presente (AVP), tem como funcionalidade ajustar o valor de uma aquisição feita por determinada empresa, e demonstrar contabilmente, diferenciando a despesa financeira com a despesa operacional.

Nas demonstrações financeiras que estão ligadas a esse CPC, mostra a diferença da receita de uma aquisição entre o valor do juro obtido. O valor do ajuste fica contabilizado com uma conta redutora do ativo.

O Pronunciamento contábil afirma que deverão ser submetidos ao ajuste do valor presente todos os que forem classificados como realizáveis e exigíveis de modo que, tenham sido negociados sem a previsão de encargos ou rendimentos financeiros. Os que não tiverem possibilidade ou tiverem dificuldades para estabelecer uma data de vencimento, não deverão ser submetidos ao ajuste. Os ajustes de valor presente de obrigações ligadas aos ativos não monetários serão medidos em reduções de ativos, em se tratando de valores de ajuste realizados deverão ser revertidos no decorrer do tempo com base na taxa efetiva de juros. Os ajustes de valor presente deverão ser feitos em ativos e passivos monetários com juros implícitos e explícitos. No entanto, quando se tratar de ativos e passivos não monetários em que os juros foram embutidos, não devem ser submetidos ao AVP.

A fórmula para encontrar o valor presente de um determinado montante se dá:

$$PV = \frac{FV}{(1 + i)^n}$$

### **3.3 TEORIA DA CONTABILIDADE**

#### **3.3.1 ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE**

De acordo com a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro CPC 00 (R2) (2019), as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, são as mais vantajosas

para empresários e investidores, para suas tomadas de decisões dentro de aplicações financeiras em empresas. Os relatórios financeiros fornecem informações sobre a situação econômica das entidades, trazendo referência sobre apresentação de índices futuros para controle da situação da companhia. Diante do exposto, as características qualitativas da informação contábil-financeiro útil, são divididas em dois aspectos: os fundamentais e os de melhoria, em que os fundamentais são classificados em Relevância e Representação Fidedigna; e os de melhoria são divididos em Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade.

A relevância tem por objetivo apresentar a informação contábil-financeira capaz de fazer diferença nas deliberações que possam ser adotadas pelos usuários, sendo que para isso deve possuir valor preditivo, confirmatório, ou ambos. A representação fidedigna nada mais é do que o relatório contábil-financeiro com a realidade perfeitamente retratada, só que para isso é necessário que ele seja completo, neutro e livre de erros.

A Comparabilidade, de acordo com Pena (2008), tem o seu foco principal em permitir ao usuário conhecer a evolução da informação de uma entidade ao longo de um período de tempo, tendo a possibilidade, também, de verificar a situação econômica da empresa em apenas um determinado momento, proporcionando o conhecimento de suas posições relativas. Já a Verificabilidade, tem sua característica em permitir que, diferentes analistas, possam chegar a um consentimento, quanto ao que foi retratado sobre uma realidade econômica

### **3.3.2 ATIVO E PASSIVO**

#### **Ativo**

A definição para ativo segundo o CPC 00 (R2) (2019), é a seguinte: “um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados”. Esses três aspectos são fundamentais para que o item possa ser considerado um ativo: gerar benefício econômico futuro; ser controlada pela entidade e ser decorrente de um evento ocorrido no passado (NIYAMA; SILVA, 2013). O futuro benefício econômico é a essência do ativo, e trata-se da capacidade de colaborar com o fluxo de caixa ou

equivalente de caixa da entidade. O segundo aspecto é o controle, e tem como definição, controlar os benefícios futuros adquiridos de uma entidade. Já o resultado de eventos passados, se trata de transações que só trarão um resultado futuramente, mais devido sua movimentação ocorrida no passado

### **Passivo**

Definimos passivo como uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos. “Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.”. Podemos assegurar que o passivo representa as obrigações a pagar da entidade, por outro ponto de vista, são reclamos contra o Ativo. Segundo Niyama e Silva (2013), a mensuração de um passivo deveria ser realizada mediante o valor presente do fluxo de caixa futuro, mas, geralmente o passivo tem seu reconhecimento pelo valor de face das obrigações, isso acontece por três razões principais. A primeira é que a maioria dos passivos tem uma data de liquidação, aproximada a data do seu encerramento. O segundo motivo para o não uso do valor presente de caixa futuro, está nas dificuldades que são adicionadas no processo de mensuração, por exemplo, o cálculo referente à taxa de desconto que deve ser utilizada. A terceira razão para o não uso está ligada diretamente ao conservadorismo, em que o montante das obrigações, apresentado no Balanço Patrimonial, tem o valor menor do que quando seria apresentado se fosse o valor de face.

### **3.3.3 RECEITAS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS**

Receita são aumento nos benefícios econômicos dentro do período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos que resultam em aumentos do patrimônio líquido da entidade e que não sejam provenientes de contribuição de recursos dos proprietários da entidade. As receitas juntam tanto as receitas propriamente contadas como os ganhos. A receita surge no andamento das atividades ordinárias da entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como dividendos, honorários, juros royalties e vendas.

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros deslizem para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

A receita deve ser contabilizada com o valor mais confiável possível, assim temos o valor justo que é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pelo adiantamento de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Na Contabilidade, Despesa é o gasto necessário para aquisição de receita. Assim as Despesas são gastos que não se identificam com o processo de alteração ou fabricação dos produtos e bens. As despesas estão relacionadas aos valores gastos com a composição administrativa e comercial da empresa.

Receitas e despesas são dados das demonstrações contábeis que se referem ao desempenho financeiro da entidade. Os usuários das demonstrações contábeis precisam de informações tanto sobre a posição financeira da entidade quanto de seu desempenho financeiro.

Acordos diferentes e outros acontecimentos causam receitas e despesas com diferentes características. Fornece informações separadamente sobre receitas e despesas com diferentes distintivos pode ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreender o desempenho financeiro da entidade.

### **3.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS**

Nessa disciplina iremos praticar os lançamentos contábeis que uma empresa realiza ao longo do mês em seu sistema. O sistema contábil que foi utilizado para realização dos lançamentos é chamado de Netspeed, na qual nos permite analisar todas as movimentações da empresa.

Ao habilitar o sistema para o uso, a empresa escolhida para o projeto foi totalmente cadastrada, foram incluídos dados como endereço, CNPJ, capital social, dentre outras informações relevantes e logo após foi montado um plano de contas específico para as Lojas Renner. Um plano de contas consiste em uma padronização que relaciona códigos e classificações necessárias para realizar o processo de entradas e saídas de uma empresa.

Logo após, fizemos o saldo de abertura com base no balanço patrimonial das Lojas Renner. Depois deu-se início aos lançamentos de compras e vendas e seus respectivos impostos, as despesas, folha de pagamento e as compensações. Foram lançados os meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, e realizado ao final, o encerramento do trimestre e apurado as demonstrações contábeis, o Balanço Patrimonial e a DRE, que estarão anexadas ao final do projeto.

### **3.4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem como intuito analisar toda situação patrimonial e financeira de uma empresa em determinado período.

De acordo com o site Jusbrasil, § 1º do artigo 176 da Lei 6.404/76, as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior, para fins de comparação.

O Balanço Patrimonial é formado pelo:

- Ativo, o conjunto de bens e direitos da empresa.
- Passivo, onde estão localizadas as obrigações e deveres da empresa.
- Patrimônio Líquido, onde se localiza os recursos próprios da empresa. Seu valor se dá pela diferença entre o Ativo e o Passivo.

O Balanço Patrimonial da Lojas Renner, será disponibilizado no anexo, ao final do projeto.

### **3.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE**

Demonstração do resultado do exercício, também chamado de DRE, diz respeito ao relatório contábil na qual demonstra em um certo período o lucro ou prejuízo que determinada empresa obteve. Nela se encontra receitas, deduções, custos e despesas de uma entidade, que são apuradas de acordo com o princípio contábil do regime de competência. A DRE será anexada ao final desse projeto.

### **3.4.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC**

Demonstração do Fluxo de Caixa ou DFC, é um relatório de contabilidade que tem como finalidade demonstrar os fluxos de entradas e saídas de dinheiro do caixa e seus equivalentes de uma empresa e quais foram os resultados desse fluxo. Entram na demonstração, além do caixa, todas as outras contas do grupo do disponível, como contas bancárias e aplicações de liquidez imediata.

Essas demonstrações podem ser elaboradas através de dois métodos: direto e indireto. O direto visa discriminar detalhadamente todas as entradas e saídas das aplicações do caixa e seus equivalentes, para efeito de justificar a variação encontrada. Já o método indireto não tende a discriminação das entradas e saídas, pois se baseia no lucro ou prejuízo indicado na DRE da empresa. Entretanto, independente de qual método for usado, o resultado final não varia. A DFC da empresa Lojas Renner será disponibilizada em anexo ao final desse projeto.

### **3.4.4 – RAZÃO CONTÁBIL**

O Livro Razão é fundamental e exigido para empresas que estão classificadas no regime de tributação do Lucro Real. O livro é utilizado afim de registrar os acontecimentos que ocorrem na administração da empresa. No Livro Diário fica os lançamentos diários, cuja escrituração ocorre quando há movimentação de valores, ou seja, ações que implica no âmbito patrimonial da entidade, nele é registrado todos os fatos contábeis em ordem cronológica. Por sua vez, o Livro Razão é uma espécie de complemento do Livro Diário, já que sua função é detalhar os lançamentos contábeis feito nele.

### **3.5 CONTABILIDADE COMERCIAL**

Nessa disciplina, temos como objetivo abordar tudo sobre os lançamentos contábeis, referente a compras e vendas de mercadorias, a vista ou a prazo, além de aprender sobre os impostos incidentes nas devidas transações comerciais, folha de pagamento e provisões.

### 3.5.1 – TRANSAÇÕES COMERCIAIS

Os procedimentos e os lançamentos contábeis variam de acordo com a operação que foi realizada. No entanto, os principais tributos que devem ser apurados são ICMS, PIS E COFINS, sejam eles no modo cumulativo (Lucro Presumido), ou não cumulativo (Lucro Real).

Nas transações comerciais temos que relacionar todas as compras e vendas referente a empresa. Cada operação dessa devem-se gerar os impostos incidentes. No entanto temos os impostos do modo cumulativo, ou modo não cumulativo.

No caso de vendas de mercadorias, é feito um débito a ser pago, ou seja, creditamos ICMS, PIS e COFINS a recolher no lado do passivo, e debitamos ICMS, PIS e COFINS sobre vendas que são de Resultado (DRE), dessa forma vão diminuir o valor da receita presente no mesmo, continuando o lançamento, é feito um débito em Bancos ou Caixa em caso de Venda a vista ou débito em Duplicatas a receber, em caso de venda a prazo, ambos presentes no lado do ativo. Crédito em Vendas de Mercadorias que também é uma conta de Resultado. O que difere nos regimes de tributação, são as alíquotas, para o método não cumulativo é utilizado PIS 1,65%, COFINS 7,6% e no cumulativo, PIS 0,65% e COFINS 3%. ICMS é igual para ambos, é um tributo estadual, portanto o estado atribui sua alíquota, neste projeto será utilizado 18%, referente ao estado de São Paulo.

Ex. 1. 10/01/x2 - Venda de Mercadoria a vista R\$20.000,00 (Método não Cumulativo)

D – Caixa ou Banco R\$20.000,00

C – Vendas de Mercadoria R\$20.000,00

D – ICMS s/ Vendas R\$3.600,00

C – ICMS a Recolher R\$3.600,00

D – PIS s/ Vendas R\$330,00

C – PIS a Recolher R\$330,00

D – COFINS s/ Vendas R\$1.520,00

C – COFINS a Recolher R\$1.520,00

Ex. 2. 10/01/x2 - Venda de Mercadoria a prazo R\$20.000,00 (Método Cumulativo)

D – Duplicatas a receber R\$20.000,00

C – Vendas de Mercadoria R\$20.000,00

D – ICMS s/ Vendas R\$3.600,00

C – ICMS a Recolher R3.600,00

D – PIS s/ Vendas R\$130,00

C – PIS a Recolher R\$130,00

D – COFINS s/ Vendas R\$600,00

C – COFINS a Recolher R\$600,00

O lançamento de compra de mercadoria acontece no ato da compra, ele é composto pelo valor da compra e os encargos a serem recuperados no caso da apuração dos impostos forem de forma não cumulativa, ou seja, Lucro Real, dessa forma é gerado um crédito nos tributos de ICMS, PIS e COFINS. A conta Compra de Mercadorias faz parte do resultado (DRE), se a compra for a vista, creditamos a conta Caixa ou Bancos presente no ativo, se for a prazo é creditado na conta Fornecedores presente no Ativo. Em caso de regime cumulativo, Lucro Presumido, o único tributo que permanece no modo não cumulativo, é o ICMS, ou seja ele continua gerando créditos no ato da compra, diferente dos outros encargos.

Ex. 3. 15/01/x2 - Compra de Mercadoria a vista R\$10.000,00 (Método Não Cumulativo)

D – Compra de Mercadoria R\$7.275,00

D - ICMS a Recuperar R\$1.800,00

D - PIS a Recuperar R\$165,00

D - COFINS a Recuperar R\$760,00

C - Caixa ou banco R\$10.000,00

Ex. 4. 15/01/x2 - Compra de Mercadoria a prazo R\$10.000,00 (Método Cumulativo)

D – Compra de Mercadoria R\$ 8.200,00

D – ICMS a Recuperar R\$1.800,00

C – Fornecedores R\$10.000,00

Ao finalizar os lançamentos anteriores, devemos fazer a apuração dos impostos, é subtraído o valor dos tributos que tem a recuperar pelo a recolher. Na sequência, é feito o cálculo do CMV (Custo Mercadoria Vendida), soma estoque inicial mais compras e subtrai estoque final. O valor utilizado para os lançamentos de apuração dos tributos é o da conta que for menor.

Ex. 5. 31/01/x2 – Apuração dos Impostos

D – ICMS a Recolher

C – ICMS a Recuperar R\$1.800,00

D – PIS a Recolher

C – PIS a Recuperar R\$165,00

D – COFINS a Recolher

C – COFINS a Recuperar R\$760,00

Ao apurar o CMV é necessário o valor de estoque inicial, final e de compras do período desejado. O valor dos estoques é obtido através dos métodos de apuração, PEPS (Primeiro que entra, primeiro que sai), UEPS (Último que entra, primeiro que sai), esse método não é aceito pela SRF, portanto algumas empresas utilizam apenas em meios gerenciais. Também é obtido o método do Custo Médio Ponderado, neste caso é feita uma média do valor total do estoque, dividido pela quantidade total presente nele.

Ex. 6. 31/01/x2 – Apuração CMV:

EI: R\$30.000,00

EF: R\$20.000,00

Compras: R\$10.000,00

D – CVM

C- Estoque Inicial R\$30.000,00

D – CMV

C – Compras R\$10.000,00

D – Estoque Final

C – CMV R\$20.000,00

**3.5.2 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS** São operações feitas para que seja captado recursos financeiros para a empresa, como empréstimos e descontos de duplicatas feitos em instituições financeiras. O empréstimo é pago todo mês, então conforme for feito o pagamento é dada baixa nos devidos lançamentos, existe os juros pré fixado, que ao fazer o lançamento já sabe a taxa a ser cobrada, no pós é pago uma taxa todo mês, sabendo somente no término do pagamento.

Ex. 7. 20/01/X2 - Empréstimo Bancário Pré fixado R\$50.000,00 (10% a.m)

D – Banco

C – Empréstimo a pagar R\$45.000,00

D – Despesa com juros a apropriar

C -Empréstimo a pagar R\$5.000,00

Ex. 8. 20/01/x2 - Empréstimo Bancário Pós fixados R\$50.000,00

D – Banco

C – Empréstimo a pagar R\$50.000,00

O desconto de duplicatas é um valor que se adianta de alguma duplicata que a empresa tem a receber devido a compra a prazo, feito em alguma instituição financeira, que será cobrado taxa de juros.

Ex. 9. 25/01/x2 - Desconto de Duplicatas R\$30.000,00 (30 dias 10% a.m)

C- Bancos

C-Duplicatas descontadas R\$27.000,00

C-Despesa financeira apropriar

C-Duplicatas Descontadas R\$3.000,00

25/02/x2 – Aviso bancário de liquidação da duplicata R\$30.000,00

D - Duplicatas descontada

C- Duplicatas a receber R\$30.000,00

D – Despesa Financeira

C – Despesas financeira apropriar R\$3.000,00

Existe também descontos feitos aos clientes, sendo condicional ou incondicional. Condicional é feito após a compra, pode ser exemplificado o desconto feito se o cliente paga com antecedência a sua dívida. Incondicional, quando a empresa gera algum desconto no ato da compra.

Ex. 10. 12/01/x2 - Venda de Mercadoria R\$20.000,00 com desconto (condicional de 10% se paga até dia 20/01/x2 (isentando tributações):

D – Duplicatas a Receber

C – Vendas de Mercadorias R\$20.000,00

20/01/x2 – Recebimento de venda de mercadoria com desconto

D – Banco R\$18.000,00

D – Desconto concedido (condicional) R\$2.000,00

C – Duplicatas a Receber R\$20.000,00

Ex. 11. 12/01/x2 - Venda de Mercadoria R\$20.000,00 com desconto (incondicional) de 10% (isentando tributações):

D – Duplicatas a Receber R\$18.000,00

D – Desconto concedido (incondicional) R\$2.000,00

C – Venda de Mercadoria R\$20.000,00

### **3.5.3 – OPERAÇÕES COM FOLHA DE PAGAMENTO**

Na folha de pagamento constam todas as despesas referente aos funcionários, tais como o salário bruto, seus encargos descontados, como Contribuição Previdenciária, IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), Contribuição Assistencial e adiantamento de salário, também faz parte as obrigações da empresa como CPP (Contribuição Previdenciária Patronal), FGTS, 13º e férias.

Ex. 12. 20/01/x2 – Adiantamento de Salários R\$5.000,00

D – Adiantamento Funcionário

C – Caixa R\$5.000,00

Ao ser descontado:

D – Salários a pagar

C – Adiantamento de Funcionários R\$5.000,00

Ex. 13. 31/01/x2 – Folha de Pagamento mês 01/x2 R\$10.000,00

D – Salários e Ordenados

C – Salários a pagar R\$10.000,00

Ex. 14. 31/01/x2 – Contribuição Previdenciária descontada de funcionários R\$1.600,00

D – Salários a pagar

C – Contribuição Previdenciária a Recolher R\$800,00

Ex. 15. 31/01/x2 – Imposto de Renda Retido na Fonte R\$320,00

D – Salários a pagar

C – IRRF a Recolher R\$320,00

Ex. 16. 31/01/x2 – FGTS incidente sobre folha de pagamento 01/x2

D – Despesa com FGTS

C – FGTS a Recolher R\$800,00

Ex. 17. 31/01/x2 – Contribuição Previdenciária Patronal incidente sobre folha de pagamento 01/x2 R\$2.880,00

D – Despesa com CPP

C – CPP a Recolher R\$2.880,00

O 13º salário e férias são feitos provisões, para que seja constado a despesa todo mês na DRE, colocando o valor referente a cada mês, até a data para o real pagamento, constando também os encargos de FGTS e CPP referentes as provisões.

Ex. 18. 31/01/x2 - Provisão com 13º Salários

D – Despesa com 13º

C – 13º a pagar R\$833,33

Provisão encargos sobre 13º salário:

D – Despesa com FGTS 13º salário

C – FGTS a recolher R\$66,67

D – Despesa CPP 13º salário

C – CPP a recolher R\$240,00

Ex. 19. 31/01/x2 – Provisão com Férias

D – Despesa com férias

C – férias a pagar R\$6.754,39

Provisão encargos sobre férias:

D – Despesa com FGTS férias

C – FGTS a recolher R\$540,35

D – Despesa CPP férias

C – CPP a recolher R\$1.945,26

## 4 CONCLUSÃO

Este projeto teve como objetivo nos familiarizar com as demonstrações contábeis presentes em uma empresa comercial especificamente, utilizando o balanço patrimonial das lojas Renner S.A, cada matéria teve a sua finalidade.

Contabilidade avançada nos proporcionou o conhecimento sobre as empresas maiores, abordando temas como investimentos, contudo temos o MEP (Método de Equiparação Patrimonial), nele mostra como se é atualizados os valores de investimentos em empresas que são conjuntas, tais como coligadas e controladas, mostrando tais modificações presentes em seu patrimônio. Obtemos também o MCH (Método do Custo Histórico), o diferencial deste método é que a investidora não tem controle sobre a investida. Obtemos também conhecimentos sobre ágil e deságio, são conceitos presentes em alguma forma de investimento, ou seja, ao adquirir algum ativo, o ágil acontece quando a mercadoria adquirida foi por um valor maior presente no mercado, já o deságio é o inverso, o bem é adquirido por um preço menor presente no mercado. A demonstração do fluxo de caixa (DFC) também é um termo abordado na matéria, nele conseguimos obter os valores presentes na empresa, ao sair ou entrar dinheiro é feito a mensuração na DFC.

Nas matérias que abordam conceitos e normas contábeis, podemos ter o conhecimento de como os lançamentos e atividades empresariais devem ser apresentadas, estando corretamente expostas, como se diz no Comitê de Normas Contábeis, tudo que está destinado para a empresa, e as obrigações que ela deve como instituição. Entendermos de forma didática a forma que todos seus relatórios devem ser apresentados, conceitualizando sua importância para a empresa e significado, tornando de forma mais clara a parte prática.

Foram feitos todos os lançamentos presentes na parte prática deste projeto, como a venda e compra de mercadorias, os tributos a serem apurados conforme as atividades de compra e venda, contabilização do CMV (Custo da Mercadoria Vendida), apuração dos estoques com os métodos PEPS, UEPS e Custo Médio Ponderado, as operações financeiras que a empresa tiver necessidades como os empréstimos e descontos de duplicatas, os descontos condicionais ou incondicionais, folhas de pagamento e suas provisões de férias e décimo

terceiro salário, junto deles os encargos de responsabilidade da empresa ou do empregado.

Foram anexados os demonstrativos feitos em Prática de Sistema Contábeis.

Este projeto nos fez abranger os conhecimentos em lançamentos e teorias presentes na contabilidade.

## REFERÊNCIAS

SOBRE A LOJAS RENNER S.A. Lojas Renner S.A, 2017. Disponível em: <[https://www.lojasrennersa.com.br/pt\\_br/institucional/sobre-lojasrenner-sa](https://www.lojasrennersa.com.br/pt_br/institucional/sobre-lojasrenner-sa) > Acesso em: 20 abr. 2020.

CPC- Pronunciamento Técnico CPC 47 Receita de Contrato com Cliente. Disponível em:<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=105> > Acesso em: 14 mai.2020.

CPC - Pronunciamento Técnico CPC 27 Ativo Imobilizado. Disponível em:<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>> Acesso em 17 abr.2020.

CPC - Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>>. Acesso em 30 abr.2020.

CPC – Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) Estoques. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=47>> Acesso em: 10 mai.2020.

CPC – Pronunciamento Técnico CPC 12 Ajuste de valor presente. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=43>> Acesso em: 02 mai.2020

CPC – Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) Custos de Empréstimos. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=51>> Acesso em: 11 mai. 2020.

CPC – Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>> Acesso em: 30 abr. 2020.

## ANEXOS

### Anexo 1: Balanço Patrimonial Trimestral das Lojas Renner

BALANÇO PATRIMONIAL			
<b>LOJAS RENNER S.A</b>		<b>0002</b>	
AV JOAQUIM VILLA NOVA, 401 - JARDIM DO SALSO			
PORTO ALEGRE / RS			
CNPJ : 92.754.738/0001-62		Inscrição Estadual : ISENTO	
Local de Registro : JUCERS		Data de Registro : / /	
Período de Movimento : JANEIRO/2020 a MARCO/2020		Número de Registro: Página: 1	
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	3.933.601,57 D	CIRCULANTE	3.688.657,73 C
DISPONÍVEL	1.976.257,55 D	EXIGÍVEL	3.688.657,73 C
CAIXA E EQUIVALENTES	1.310.657,55 D	FORNECEDORES	1.264.869,00 C
CAIXA	1.310.657,55 D	FORNECEDORES	1.244.277,00 C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	665.600,00 D	ENERGIA ELETRICA A PAGAR	5.200,00 C
BANCO ITAÚ S.A	93.600,00 D	CONTA DE TELEFONE A PAGAR	7.124,00 C
BANCO UNIBANCO	572.000,00 D	ÁGUA E ESGOTO A PAGAR	3.068,00 C
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	971.836,02 D	ALUGUEL A PAGAR	5.200,00 C
CLIENTES - DIREITOS E DRÉDITOS	772.720,00 D	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCII	328.533,04 C
CLIENTES DIVERSOS - DUPLICATAS /	772.720,00 D	SALÁRIOS A PAGAR	238.774,44 C
CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS	0,02 D	FÉRIAS A PAGAR	5.200,00 C
ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS	0,02 D	DÉCIMO TERCEIRO A PAGAR	12.048,60 C
IMPOSTO A RECUPERAR	199.116,00 D	ENCARGOS SOCIAIS	72.510,00 C
ICMS A RECUPERAR	199.116,00 D	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	101.011,69 C
ESTOQUES	915.848,00 D	INSS A RECOLHER	29.783,75 C
MERCADORIAS PARA REVENDA	915.848,00 D	PIS A RECOLHER	11.325,60 C
MERCADORIAS PARA REVENDA	915.848,00 D	COFINS A RECOLHER	52.166,40 C
Outros Ativos Circulantes	69.660,00 D	FGTS A RECOLHER	7.163,94 C
Outros	69.660,00 D	CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL A REI	572,00 C
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERI'	4.244,00 D	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	592.817,00 C
OUTROS ATIVOS	53.195,00 D	ICMS A RECOLHER	123.552,00 C
CRÉDITOS COM PARTES RELACIONA	12.221,00 D	IRRF A RECOLHER	2.288,00 C
NÃO CIRCULANTE	6.745.777,00 D	IRPJ E CSLL A PAGAR	164.355,00 C
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.541.817,00 D	OBRIGAÇÕES ESTADUAIS	206.240,00 C
		OBRIGAÇÕES MUNICIPAIS	1.818,00 C
		OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E FEI	94.564,00 C
		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	632.134,00 C
		EM MOEDA NACIONAL	45.217,00 C
		EM MOEDA ESTRANGEIRA	275.958,00 C
		DEBENTURES	310.959,00 C
		OUTRAS OBRIGAÇÕES	711.379,00 C
<p>Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido, a importância de :</p> <p><b>R\$ 10.679.378,57 ( Dez Milhões e Seiscentos e Setenta e Nove Mil e Trezentos e Setenta e Oito Reais e Cinquenta e Sete Centavos )</b></p> <p style="text-align: right;">PORTO ALEGRE/RS, 31 de MARCO de 2020</p>			
CONTADOR MODELO CONTADOR C.P.F. :111.111.111-11 RG : C.R.C. :RJ-111.111/RJ		FULANO DE TAL ADMINISTRADOR C.P.F. :000.000.000-00 R.G. :0000000	
LICENÇA ACADÊMICA 13/05/2020 21:30:23			

## Anexo 2: Balanço Patrimonial Trimestral das Lojas Renner

BALANÇO PATRIMONIAL			
<b>LOJAS RENNER S.A</b>		<b>0002</b>	
AV JOAQUIM VILLA NOVA, 401 - JARDIM DO SALSÓ PORTO ALEGRE / RS CNPJ : 92.754.738/0001-62 Local de Registro : JUCERS Período de Movimento : JANEIRO/2020 a MARÇO/2020			
		Inscrição Estadual : ISENTO Data de Registro : / / Número de Registro: Página: 2	
<b>ATIVO</b>			
CONTAS A RECEBER	1.392.774,00	D	
CLIENTES A RECEBER - DUPLICATA	1.392.774,00	D	
IMPOSTO DEFERIDO	83.401,00	D	
IMPOSTO DE RENDA DEFERIDO	83.401,00	D	
OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	64.544,00	D	
TRIBUTOS A RECUPERAR	51.326,00	D	
OUTROS ATIVOS	13.218,00	D	
CREDITOS COM PARTES RELACIONAC	1.098,00	D	
CREDITOS COM CONTROLADAS	1.098,00	D	
INVESTIMENTOS	1.385.092,00	D	
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	1.385.092,00	D	
EMPRESA ABC S.A	1.385.092,00	D	
ATIVO IMOBILIZADO	3.349.157,00	D	
BENS EM OPERAÇÃO	3.349.157,00	D	
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.625.538,00	D	
DIREITO DE USO EM ANDAMENTO	1.534.904,00	D	
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	188.715,00	D	
ATIVO INTANGÍVEL	469.711,00	D	
BENS EM OPERAÇÃO	469.711,00	D	
DEMAIS INTANGÍVEIS	450.298,00	D	
INTANGÍVEL ARRENDADO	19.413,00	D	
<b>PASSIVO</b>			
DEBITOS COM CONTROLADAS	1.279,00	C	
DIVIDENDOS A JPC A PAGAR	237.259,00	C	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	55.610,00	C	
PARTICIPAÇÕES ESTATUARIAS	5.855,00	C	
Obrigações com Administradora de Cart	26.919,00	C	
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.680,00	C	
Arrendamentos a PAGAR	377.777,00	C	
PROVISÕES	57.914,00	C	
PROVISÕES CIVEIS	22.996,00	C	
PROVISÕES P/ RISCOS TRABALHIST	34.918,00	C	
NÃO CIRCULANTE	1.659.612,00	C	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.659.612,00	C	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	406.086,00	C	
EMPRESTIMOS MOEDA NACIONAL	6.086,00	C	
DEBENTURES	400.000,00	C	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.230.095,00	C	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	247,00	C	
ARRENDAMENTOS A PAGAR	1.229.848,00	C	
PROVISÕES	23.431,00	C	
PROVISÕES FISCAIS	23.431,00	C	
PATRIMONIO LIQUIDO	5.331.108,84	C	
CAPITAL SOCIAL	3.795.634,00	C	
CAPITAL SOCIAL	3.795.634,00	C	
CAPITAL A INTEGRALIZAR	3.795.634,00	C	
RESERVA	1.535.474,84	C	
RESERVAS DE CAPITAL	136.217,00	C	
RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS	97.539,00	C	
OPÇÕES OUTORGADAS	74.227,00	C	
Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido, a importância de :			
<b>R\$ 10.679.378,57 ( Dez Milhões e Seiscentos e Setenta e Nove Mil e Trezentos e Setenta e Oito Reais e Cinquenta e Sete Centavos )</b>			
PORTO ALEGRE/RS, 31 de MARÇO de 2020			
CONTADOR MODELO CONTADOR C.P.F. :111.111.111-11 RG : C.R.C. :RJ-111.111/RJ		FULANO DE TAL ADMINISTRADOR C.P.F. :000.000.000-00 R.G. :0000000	
LICENÇA ACADÊMICA 13/05/2020 21:30:23			

## Anexo 3: Balanço Patrimonial Trimestral da Lojas Renner

BALANÇO PATRIMONIAL																			
<p><b>LOJAS RENNER S.A</b> <span style="float: right;"><b>0002</b></span></p> <p>AV JOAQUIM VILLA NOVA, 401 - JARDIM DO SALSO            PORTO ALEGRE / RS            CNPJ : 92.754.738/0001-62            Local de Registro : JUCERS            Período de Movimento : JANEIRO/2020 a MARCO/2020</p> <p style="text-align: right;">Inscrição Estadual : ISENTO            Data de Registro : / /            Número de Registro:            Página: 3</p>																			
<p><b>TOTAL DO ATIVO =====&gt;</b> <u>10.679.378,57 D</u></p>	<p><b>PASSIVO</b></p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td>RESERVAS DE LUCRO</td> <td style="text-align: right;">1.411.743,84</td> <td style="text-align: right;">C</td> </tr> <tr> <td>RESERVA LEGAL</td> <td style="text-align: right;">54.955,00</td> <td style="text-align: right;">C</td> </tr> <tr> <td>RETENÇÃO DE LUCROS</td> <td style="text-align: right;">626.494,84</td> <td style="text-align: right;">C</td> </tr> <tr> <td>DIVIDENDO ADC PROPOSTO</td> <td style="text-align: right;">282.546,00</td> <td style="text-align: right;">C</td> </tr> <tr> <td>RESERVA PARA INVESTIMENTO</td> <td style="text-align: right;">447.748,00</td> <td style="text-align: right;">C</td> </tr> <tr> <td><b>TOTAL DO PASSIVO =====&gt;</b></td> <td style="text-align: right;"><u>10.679.378,57</u></td> <td style="text-align: right;"><b>C</b></td> </tr> </table>	RESERVAS DE LUCRO	1.411.743,84	C	RESERVA LEGAL	54.955,00	C	RETENÇÃO DE LUCROS	626.494,84	C	DIVIDENDO ADC PROPOSTO	282.546,00	C	RESERVA PARA INVESTIMENTO	447.748,00	C	<b>TOTAL DO PASSIVO =====&gt;</b>	<u>10.679.378,57</u>	<b>C</b>
RESERVAS DE LUCRO	1.411.743,84	C																	
RESERVA LEGAL	54.955,00	C																	
RETENÇÃO DE LUCROS	626.494,84	C																	
DIVIDENDO ADC PROPOSTO	282.546,00	C																	
RESERVA PARA INVESTIMENTO	447.748,00	C																	
<b>TOTAL DO PASSIVO =====&gt;</b>	<u>10.679.378,57</u>	<b>C</b>																	
<p>Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO PATRIMONIAL, totalizando tanto no Ativo como na soma do Passivo com o Patrimônio Líquido, a importância de :</p> <p><b>R\$ 10.679.378,57 ( Dez Milhões e Seiscentos e Setenta e Nove Mil e Trezentos e Setenta e Oito Reais e Cinquenta e Sete Centavos )</b></p> <p style="text-align: right;">PORTO ALEGRE/RS, 31 de MARCO de 2020</p>																			
<p>CONTADOR MODELO            CONTADOR            C.P.F. :111.111.111-11 RG :            C.R.C. :RJ-111.111/RJ</p>	<p>FULANO DE TAL            ADMINISTRADOR            C.P.F. :000.000.000-00            R.G. :0000000</p>																		
<p>LICENÇA ACADÊMICA 13/05/2020 21:30:23</p>																			

## Anexo 4: DRE- Demonstração do Resultado do Exercício das Lojas Renner

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/03/2020		
<b>LOJAS RENNER S.A</b>		<b>0002</b>
AV JOAQUIM VILLA NOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : -		
PORTO ALEGRE / RS		
CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62		Inscrição Estadual: ISENT0
Local de Registro: JUCERS		Data do Registro: / /
Período Movimento: JANEIRO/2020 a MARCO/2020		Nº do Registro: PÁGINA: 1
<hr/>		
<b>Receita Bruta de vendas e/ou serviços</b>		
VENDAS DE MERCADORIAS	2.067.520,00	2.067.520,00
<b>(-) Deduções das receitas brutas</b>		
DEVOLUÇÃO DE MERCADORIA	62.400,00	62.400,00
ICMS	360.921,60	360.921,60
PIS	33.084,48	33.084,48
COFINS	152.389,12	152.389,12
<b>(=) Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços</b>		<b>1.458.724,80</b>
<b>(-) Custos de bens e/ou serviços vendidos</b>		
CUSTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS	609.063,00	609.063,00
<b>(=) Lucro Bruto</b>		<b>849.661,80</b>
<b>(-) Despesas Operacionais</b>		
SALÁRIOS E ORDENADOS	114.400,00	114.400,00
ADICIONAL NOTURNO	11.440,00	11.440,00
HORAS EXTRAS	13.728,00	13.728,00
DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	5.033,60	5.033,60
FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	12.948,00	12.948,00
FÉRIAS	5.200,00	5.200,00
13 SALÁRIO	12.048,60	12.048,60
ÁGUA	3.068,00	3.068,00
ENERGIA ELÉTRICA	5.200,00	5.200,00
TELEFONE	7.124,00	7.124,00
ALUGUEL	5.200,00	5.200,00
INSS PATRONAL	32.370,04	32.370,04

PORTO ALEGRE / RS, 31 de Março de 2020

CONTADOR MODELO  
CONTADOR  
C.P.F. :111.111.111-11 RG :  
C.R.C. :RJ-111.111/RJ

FULANO DE TAL  
ADMINISTRADOR  
C.P.F. :000.000.000-00  
R.G. :0000000

Anexo 5: DRE- Demonstração do Resultado do exercício da Lojas Renner

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/03/2020		
<b>LOJAS RENNER S.A</b>		<b>0002</b>
AV JOAQUIM VILLA NOVA, 401 - JARDIM DO SALSO CEP : - PORTO ALEGRE / RS CNPJ / CEI : 92.754.738/0001-62      Inscrição Estadual: ISENT0 Local de Registro: JUCERS      Data do Registro: / /      Nº do Registro: Período Movimento: JANEIRO/2020 a MARCO/2020      PÁGINA: 2		
INSS SOBRE TERCEIROS	9.388,22	9.388,22
SEGURO ACIDENTE DE TRABALHO	1.618,50	1.618,50
<b>(=) Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>610.894,84</b>
<b>(+) Receitas Não Operacionais</b>		
JUROS ATIVOS	1.040,00	-1.040,00
GANHO DE ALIENAÇÃO DE ATIVO	20.800,00	20.800,00
<b>(-) Despesas Não Operacionais</b>		
DESCONTOS CONCEDIDOS	4.160,00	4.160,00
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>626.494,84</b>

PORTO ALEGRE / RS, 31 de Marco de 2020

CONTADOR MODELO  
 CONTADOR  
 C.P.F. :111.111.111-11 RG :  
 C.R.C. :RJ-111.111/RJ

FULANO DE TAL  
 ADMINISTRADOR  
 C.P.F. :000.000.000-00  
 R.G. :0000000

Anexo 6: DFC- Demonstração do fluxo de caixa da Lojas Renner

<b>EMPRESA: LOJAS RENNER S.A</b>	
<b>CNPJ/CPF: 92.754.738/0001-62</b>	
<b>End.: AV JOAQUIM VILLA NOVA , 401</b>	
<b>Município: Porto Alegre</b>	<b>Emitido em: 31/03/2020</b>
<b>Período: Janeiro a Março</b>	<b>Dt.Registro:31/03/2020</b>
<b>UF: RS</b>	
<b>NIRE:</b>	
<b>Atividades operacionais</b>	<b>2.019</b>
<b>Ajustes ao lucro do exercício</b>	-
Resultado do exercício	626.494,84
Mais: Depreciação e amortização	-
<b>Lucro ajustado</b>	<b>626.494,84</b>
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>	
Estoques	-
Clientes a receber	(772.720,00)
Impostos a recuperar	-
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>	
Fornecedores	311.792,00
Outras obrigações	-
Obrigações sociais	101.011,69
Obrigações tributárias	125.840,00
Obrigações trabalhistas	51.985,04
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>444.403,57</b>
<b>Atividades de investimento</b>	
Pagamento pela aquisição de imobilizado	109.200,00
Pagamento pela aquisição de investimentos	(109.200,00)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamento</b>	
Empréstimos de curto prazo	-
Distribuição de lucros	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>964.403,55</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.976.257,55
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(1.011.854,00)
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>964.403,55</b>